

Cidade, cidadania e cultura comunitária

City, citizenship and community culture

João Maia

Professor adjunto da Faculdade de Comunicação Social da UERI. Editor da Revista Logos e da Revista Contemporânea da FCS/UERI. Líder do grupo de pesquisa CAC - Comunicação, Arte e Cidade. E-mail: jmaia@msm.com.br

Resumo

Este artigo retoma a cultura do cotidiano para apontar novos modos de se olhar a produção cultural comunitária. Assim, explorando na história miúda, em migalhas, de contar "causos", "fofocas" ou banalidades do cotidiano, a produção cultural comunitária requisita nossa atenção aos pequenos elementos constitutivos da cultura popular. Mas também nos aponta para uma forma original do jovem-menino interpretar seu contexto enquanto narra sua vida numa Lanhouse na sub-localidade da Candelária, no morro da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, esse internauta usa e abusa de meios de comunicação e computadores para afirmar uma maneira específica de perceber e construir o seu local.

Palavras-chave: Comunicação; cidadania; cultura popular; narrativa.

Introdução

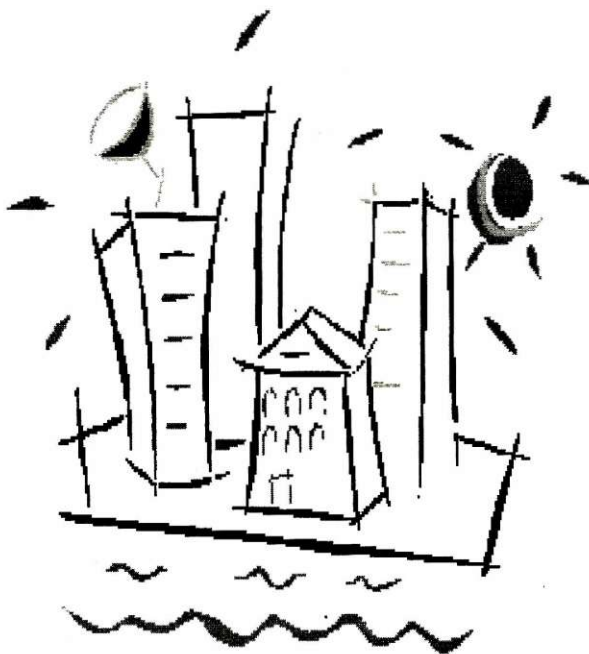
Os contadores de histórias estão ressurgindo. Retomamos um elemento da cultura do cotidiano que estava, supostamente, sendo ameaçada por uma cultura da velocidade, da rapidez, ou seja, da produção. A história, durante um longo período de tempo, vinha pronta em livros que nos afirmavam fatos indiscutíveis da construção da cidade, ou melhor, do país. Contar "causos", contar "fofocas" ou contar, nos mínimos detalhes, uma banalidade qualquer do cotidiano era apenas mais um fato que não causava desafio aos grandes fatos históricos. Essas narrativas banais não infligiam distúrbios históricos, mas sempre criaram formas e tensões na maneira de o homem tecer a trama do social. Falamos de uma história miúda, de uma história em migalhas (Dosse) que afirma o nosso cotidiano banal. A cultura do cotidiano, que se elabora no dia a dia do aqui e agora ganha novas dimensões quando na contemporaneidade assume diversas maneiras de se propagar. Não falamos do boca a boca da esquina do bairro, mas da tela dos computadores instalados em nossas mesas, em um

canto da casa, para recuperar o que denominamos de cidadania cultural.

O ritmo da vida se transforma quando o tom dos fatos narrados por personagens que não tinham espaço de fala aparece compondo o quadro do todo social. Surge uma forma original de o homem olhar a sua própria cidade quando ele mesmo narra a sua vida compartilhada nas ruas e a projeta no mundo, sentado em sua sala diante da tela de um computador. Esse homem do povo não é apenas um receptor passivo, um espectador bestializado, ele está formando a nossa história cultural. Essa fala miúda e fragmentada requisita a nossa atenção aos pequenos elementos constitutivos da cultura que um dia foi chamada de popular. A esquina do bairro nunca desapareceu, sempre esteve e estará lá para assegurar um porto seguro na vizinhança. O local, a vizinhança, sempre foi um elemento de extrema importância para assegurar a propagação de nossas idéias e emoções. O que era dado como insignificante para o entendimento de uma grande história agora é importante para compreendermos a história da nossa cidade, o local. A grande história já mostrou um tempo

celerado deformando ou reformando o espaço urbano mediante de grandes projetos, como o do Prefeito Pereira Passos, no Rio de Janeiro do início do século XX. Hoje, um tempo do cotidiano fragmentado e caleidoscópico molda lentamente o local, resistindo a ideais importados de concepções socioespaciais.

Segundo José Murilo de Carvalho, podemos dizer, a partir de alguns testemunhos da época, que existiu um dia em que o povo da cidade ficou “bestializado” diante de uma forma política que se instaurava. Ficou admirado com a instalação da República, como um mero espectador diante de um espetáculo que o assustava; era uma das representações elaboradas sobre a relação do homem com os fatos que marcavam a construção de sua cidade. Hoje, porém, muito pelo contrário, essa população tem plena consciência de que participa como ator principal dos processos socioculturais e políticos. Em um determinado período preciso da história, o povo era tomado, por uma determinada parcela da população que se queria passar por dona da história, como possuindo e usando elementos de uma cultura que deveria ser transformada ou lapidada mediante um processo civilizatório. Hoje, o povo que vive comunitariamente, já mostrando aí a sua resistência ao modelo de organização social moderno, abusa na criação de seus próprios projetos de vida e da elaboração de produtos culturais que circulam pela cidade. O povo, de maneira abusada, sem licença e sem permissão, divulga seu estilo de vida comunitário para o mundo, gerando a diversidade de valores e embaralhando os elementos que estariam separados hierarquicamente. Os cidadãos utilizam os valores da cultura comunitária para negociar sua inserção na cidade. Essa negociação, elaborada no interior da própria comunidade, pode acontecer de



diversas maneiras, seja por meio da música, das roupas, de projetos de criação de Organizações Não-Governamentais ou mesmo pelo uso que fazem dos computadores instalados em uma casa denominada *Lanhouse*. Nesse local, os cidadãos estão conectados com o mundo, difundindo idéias e produtos. Nesse cenário, falamos da criação da cidadania cultural.

Inspiramo-nos em autores como Chartier, Santiago, Canelo e Yúdice para refletir sobre essa “fala” que hoje nos impulsiona a afirmar a emergência de uma nova forma de cidadania impondo-se pelo dado da cultura. Os diversos relatos oriundos das mais variadas fontes elaboram a representação da cidade contemporânea e também, assim, uma forma cultural de cidadania. Não temos apenas uma fonte segura de reconhecimento dos fatos históricos. Este texto é um exercício de heteroglossia. O imaginário, o sensível e o banal, que constituem a trama da vida compartilhada em sociedade, vão penetrar nas histórias

narradas da cidade.

Refletiremos sobre a afirmação da cidadania cultural por meio dos relatos que se soltam nas redes de computadores de uma comunidade da zona norte carioca. Iremos, especificamente, pensar a partir das atividades desenvolvidas dentro da *lanhouse* da sub-localidade da Candelária, no morro da Mangueira. Os fatos banais narrados cotidianamente de maneira descomprometida em relação ao oficial, ao instituído ou ao legitimado estão apoiados, para a sua difusão, em instrumentos tecnológicos acessíveis a um número cada vez mais expressivo de atores sociais. Os cidadãos que convivem em comunidades usam seus “casos” cotidianos e abusam dos computadores para afirmar uma maneira específica de perceber e construir o seu local. A cultura popular contemporânea se enraíza nas histórias da cidade por meio dos múltiplos usos que os cidadãos, coesos comunitariamente, fazem dos computadores. Estão criando uma certa forma de resistência a qualquer processo de homogeneização que queira se estabelecer para a compreensão da cidade.

O povo não é besta

Para compreender a busca da recuperação do poder da narrativa popular é necessário remexer com algumas visões que se inscreveram na cultura da cidade a partir da participação da população na instauração da República. Posicionaremos-nos, assim, diante da relação do poder institucional do Estado e de seus desdobramentos no imaginário constitutivo das sociabilidades cariocas.

Seguiremos a visão de José Murilo de Carvalho (1987), que nos alerta para que não se veja o povo apenas como passivo de um processo histórico, pois assim estaríamos

bestializando a população. O sonho de termos na sociedade que se formava “sujeitos livres, iguais e soberanos colocados na vanguarda do processo da Pátria” poderia ser também encontrado em algumas representações elaboradas na época e estampadas nos jornais, como nas páginas do jornal *Voz do Povo*, de 9 de janeiro de 1890.

O cidadão, como por definição, sendo o habitante da cidade, estaria participando ativamente de todos os processos de transformações da modernidade. Para Carvalho, a República serve de ponto de partida para refletirmos sobre a participação popular no campo da política; acrescentaríamos, aqui, que para o nosso interesse apreciamos o registro da sociabilidade cotidiana do povo na cidade, seu caminhar vagaroso, seu uso desordenado do espaço da rua e seu abuso do que seria ilegítimo para formar a sociedade carioca moderna.

A cidade do Rio de Janeiro, no início da República, era o cenário de turbulência, de tumulto e de agitação em todos os campos: na economia, na política, no social e no cultural. Os personagens que surgiam eram compostos por subempregados e desempregados que circulavam pelas ruelas cariocas. Ex-escravos, imigrantes e emigrantes abriam brechas na cidade para estabelecer um certo tipo de sociabilidade que não combinava com o desejo de ordem e progresso que se estabelecia nas mesas dos donos do poder.¹ Fluxos de gente, de informações, de produtos, de investimentos financeiros e políticos, com desdobramentos em novos arranjos sociais, explodiam na capital do país.

Domésticos, jornaleiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 mil em 1906 e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas (Carvalho, 1987: 17).

¹ Em 1890, 28,7 % da população tinha nascido no exterior e 26% vinha de outras partes do país: Com apenas 45% da população nascida da cidade, era impressionante a circulação de gente e de línguas, com novos hábitos e estilos de vidas diversos.

Carroceiros, ambulantes, ladrões, malandros, prostitutas e outros personagens não tão bem vistos para o desenvolvimento progressistas de uma nação se faziam notar por vários autores que retratavam a cidade republicana. Por outro lado, a cidade era também reconhecida por um outro tipo de população, em oposição aos que se colocavam como entrave ao desenvolvimento social. O governo imperial começou a emitir dinheiro, principalmente para pagar os salários, já que não existia a figura do escravo. Assim, instalou-se a especulação. Corretores, investidores, milionários envolvidos nos lucros e câmbios surgiam, fazendo contraponto à miséria urbana.

Falar no século XIX nos remete a pensar na riqueza, no luxo, na velocidade e na luz que vinha da Europa. Lílian Schwarcz e Ângela da Costa (2000) nos mostram um mundo profundamente marcado pelas transformações aceleradas das inovações tecnológicas. A Exposição Universal de Paris, de 1900, aglutinou o mundo inteiro em um só lugar. Era o começo de uma nova compreensão do espaço e do tempo, balizada pelo ritmo da introdução de veículos velozes no mundo.²

A Revolução Científico-Tecnológica coloca o mundo em uma ordem original no final do século XIX, tendo como marco a velocidade e as novas sociabilidades. Era o tempo da modernidade que caracterizava o espaço urbano, tendo a velocidade das informações e dos deslocamentos como efeito de fundo sobre todas as interações sociais. A “modernidade combina com avanço – nesse caso – progresso. Que se esqueça o cometa ou o inconsciente em nome dos ganhos e da civilização. Era essa a face brilhante do teatro da modernidade que o Brasil pretendia acompanhar, já que não era possível tomar a dianteira” (Schwarcz e Costa, 2000: 25).

O fluxo de pessoas e de

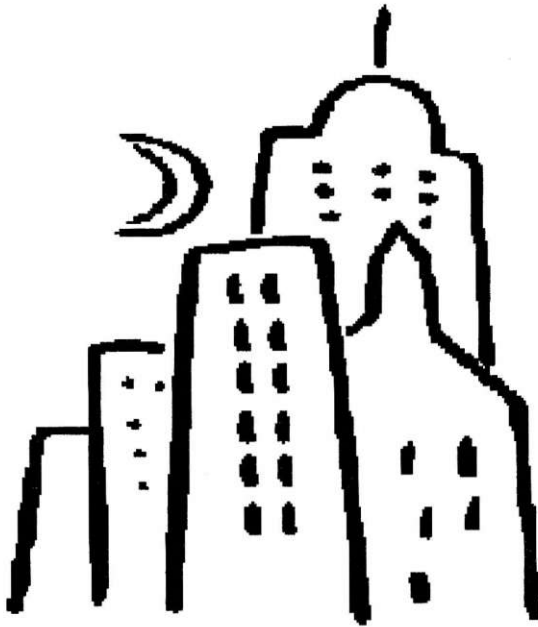
informações se intensificou continuamente e, dessa forma, a complexidade de como lidar com a pluralidade surge de maneira imperiosa nos questionamentos sobre a cultura na cidade do Rio de Janeiro. A cultura da velocidade se desacelera e sofre redução de impulso quando se depara com a força da cultura que se estabelece historicamente como entrave à celeridade do desenvolvimento, com o povo miserável das ruas. Essa força da lentidão, que surge nos encontros que se arrastam no cotidiano das vielas e das hospedarias insalubres, faz surgir nos jogos de poder no campo da cultura novos grupos que não possuíam direito à expressão no mundo da modernidade.

Visitando os primeiros anos de República, vemos a agitação no campo da política se refletir profundamente nas relações institucionais e hierárquicas dentro do próprio aparelho do Estado.

...gerais brigavam entre si, ou com almirantes, o Exército brigava com a Armada, a polícia brigava com o Exército. Por seis meses, a esquadra rebelada bloqueou o porto e bombardeou partes da cidade, causando pânico, deslocamentos maciços de população para os subúrbios, ameaças de saques (Carvalho, 1987: 22).

No interior do próprio Estado, estava presente tanto o universalismo como o particularismo fundadores da cultura carioca. Para os homens que tentavam manter o país unido, era necessário instaurar a estabilidade política e isso significaria amenizar a influência da capital no âmbito nacional. Teriam que tirar os militares do poder e reduzir a participação popular. Os militares eram uma parte constitutiva do povo, misturavam-se com a própria população e estavam presentes nas agitações. Os militares sempre estavam ao lado dos civis. Assim, torna-se extremamente com-

² Ver Maia, João. Os agentes comunicacionais da Mangueira: fluxos e movimentos culturais. ² Trabalho enviado para o NP 12 – Comunicação para a Cidadania, do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2004.



plicado localizar historicamente, ou mesmo sociologicamente, o lugar da elite como o lugar de exclusão do cidadão comum. Na nossa “formação” está a complexidade que nos induzirá a uma possível compreensão da multiplicidade de idéias e da pluralidade de atitudes e de virtudes cariocas. Os lugares se misturam, os personagens se baralham e as imagens construídas historicamente desestabilizam interpretações certas sobre os processos de sociabilidade carioca.

Terra do seja bem-vindo, lugar de acolhimento fraterno do estrangeiro, espaço de tolerância, mas nem tanto e nem para todos, indistintamente. O imigrante fundou colônia, é certo, mas não foi sem derrubar algumas barreiras do Brasil Republicano. Contraditoriamente, o estrangeiro poderia trazer idéias “progressistas” e civilizatórias, mas também ideologias perigosas para a estrutura da República em formação. O positivismo serviria de base para o desenvolvimento técnico e científico, mas aportavam, também oriundas da

Europa, idéias políticas não tão bem-vindas. Se, por um lado, havia o incentivo à vinda do estrangeiro para servir de mão-de-obra operária, por outro bastava uma solicitação do chefe da polícia para Floriano Peixoto assinar um decreto presidencial para expulsar os “estrangeiros indesejáveis”. Dessa forma, foram expulsos 76 estrangeiros, sendo que 36 por crimes políticos e 19 por anarquismo.³

José Murilo de Carvalho, olhando a República no nível das mentalidades, localiza a sensação geral de libertação, principalmente no que se refere a padrões de honestidade. Deu-se uma “vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante” (Carvalho, 2000 : 26). A ação moralista surge ainda no governo de Floriano Peixoto, considerado o Marechal de Ferro, com a repressão ao jogo e com a tentativa de acabar com o entrudo. Porém, essa atitude não fez com que desaparecessem da cena carioca o “jogo dos bichos”. O enriquecimento sem esforço integra-se ao imaginário da construção da cidade do Rio de Janeiro. Um lugar de jogo de sorte. Somos um lugar de liberdade e de sorte.

O contraste entre o aparato urbano oficial e a concretude da sociabilidade cotidiana ficou evidente com a posse do prefeito Pereira Passos. Todos os elementos que o prefeito não queria que desaparecessem estavam lá. Não poderiam ser esquecidos. Já tínhamos sido colônia e as vielas e cortiços estavam lá para provar.⁴

Dentro do plano de melhoramentos da Capital da República, no governo do Presidente Rodrigues Alves, foi nomeado o engenheiro Francisco Pereira Passos para Prefeito do Rio de Janeiro, que tomou posse em 30 de dezembro de 1902. “O Sr. Dr. Passos, depois de ouvir a declaração de que o governo nele deposita a mais absoluta confi-

³ O primeiro decreto assinado foi de 14 de agosto de 1893.

⁴ Sobre as transformações sociais e urbanas ocorridas na Prefeitura de Pereira Passos, ver a dissertação de mestrado de João Maia, *Lá para além da imaginação*. Rio de Janeiro. ECO/EFRJ. 1990.

ança, respondeu que só naquelas condições, com liberdade de agir como entendesse, tinha aceitado a nomeação do cargo de prefeito”.⁵

Já bem no começo do exercício de seu cargo, Pereira Passos toma atitudes rígidas e usa de toda liberdade de agir oferecida pelo Presidente da República. Proíbe ambulantes que vendiam leite em cima de vacas de circularem, reprimiu o uso de “carrinhos de mão” no calçamento, decretou a demolição de aproximadamente 1.040 prédios para o alargamento de ruas, dentro de um grande plano de remodelação da cidade, que continha ainda a criação de uma Avenida Central para comunicar o centro comercial com o cais do porto, como também o projeto de uma Avenida que contornasse o litoral, terminando no fim da Praia de Botafogo.

Multiplicam-se, nas seções “a pedido” da imprensa, protestos de advogados e proprietários de prédios contra as desapropriações e as prepotências da Prefeitura, que demole prédios antes da emissão na posse e condena injustamente outras edificações por “ruína eminente”. A população pobre não tinha voz na prefeitura de Passos. Os cortiços e as estalagens continuam sendo demolidos rapidamente no centro da cidade e os pobres, levados para a periferia. Os jornais, por sua vez e em resposta, publicavam *charges*, numa tentativa de criticar as atitudes do Prefeito.

Sob o título de “Nero pelo avesso”, o jornal O Malho⁶ publicou uma *charge* onde a figura do prefeito Pereira Passos foi posta em situação ridícula, falando do alto de um telhado para a população inundada pelas fortes chuvas. Cenograficamente, já estava acentuada a diferença entre a miséria e a opulência. A polissemia de valores e a heteroglossia cultural estavam marcadas nas páginas dos jornais da época.

As demolições, que avançam em

ritmo acelerado, “apesar das polêmicas dos processos, dos vários escândalos que desgastavam a imagem de muitos protagonistas, primeiro entre eles o Prefeito Pereira Passos” (Brenna, 1985), juntamente com as casas que desabavam em consequência das chuvas e das repetidas inundações, vão transformar o ano de 1906 no “ano dos desastres”, denominado assim por Giovanna Rosso Del Brenna, pesquisadora que procurou reconstruir a representação da transformação física da capital federal do começo do século XX.

O mito da engenharia nacional desaba em 1906, como também o prédio do Clube de Engenharia. Os sonhos de uma cidade bela e desenvolvida, longe da imagem e da memória de uma colônia, vão desabando. Fica evidente a insatisfação da população em face do plano de “embellezamento”. O “ano dos desastres” é vivido pelo povo de maneira sofrida, como descrita pelo Correio da Manhã:

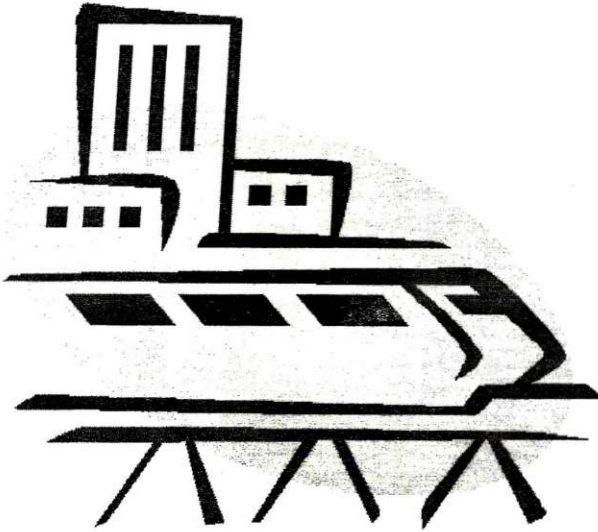
O Rio de Janeiro moderniza-se, faz-se elegante, airoso. Por todos os ângulos da cidade rasgam-se avenidas, retificam-se ruas e nelas vem brotando, como uma floração que deleita a vista, soberba edificações sólidas, arejadas e encantadoras nas suas linhas arquitetônicas. [...] Mas a esse eco clangoroso do progresso, quanto soluço não responde, quanta amargura não contrasta, quanta tristeza, quanta tortura...”⁷

De fato, a reestruturação urbana não mexeu só na forma da cidade, mas também na sua organização social e cultural, desencadeando uma série de fenômenos que assumem sua própria dimensão e intensidade. Os homens do poder preferiram antecipar a modernidade dos hábitos, no lugar do desenvolvimento da produção propriamente dita.

⁵ Correio da Manhã, 31 de dezembro de 1902.

⁶ O Malho, em 24.03.1906.

⁷ Correio da Manhã, em 25/03/1906.



No lugar do popular e da cultura comunitária

Para Roger Chartier (1995)⁸, o termo popular é forjado na elite intelectual. O popular, idealizado academicamente, seria culturalmente estagnado, ameaçado de desaparecimento ou reprimido. Todos os elementos que foram criados fora da cultura erudita estariam fadados a um destino manipulável ou determinado por uma elite. O popular seria recuperado ou extinto, mas sempre manipulado.

Pode-se acompanhar o pensamento de Chartier quando ele nota que em “nossa” produção acadêmica estão sempre presentes duas visões empobrecidas para interpretar o aspecto popular da cultura: de um lado, um modelo de descrição tendo a cultura popular com seu sistema simbólico coerente e autônomo, e de outro, o modelo de interpretação que percebe a cultura popular como carente ou dependente da “cultura dominante”. As possibilidades de intercâmbios entre culturas não se mostram nem evidentes e tampouco possíveis em vários períodos históricos.

Essa perspectiva dual na produção acadêmica apresentada por Chartier é oriunda da história de uma Europa do século XVII⁹. A história das mentalidades nos aponta para uma possível separação de hábitos e visões de mundo que desqualificariam, nas produções intelectuais, a cultura popular. É possível ainda ver essa desqualificação da cultura camponesa, tradicional ou popular na França entre 1870 e 1914, período que se pode considerar de construção da cultura nacional e Republicana. Um outro fator também pode ser chamado para atestar o óbito da cultura popular: a cultura de massa que surge para eliminar de vez os elementos da cultura popular. Porém, o autor coloca que a recepção pode ser “resistente, matreira ou rebelde”. Esse dado levantado por Chartier é de extrema importância para a nossa reflexão, que aponta para as resistências que estão contidas na nossa cultura popular, urbana, carioca. A “moléstia de Chagas” não eliminou, nem por decreto, os ambulantes, os desempregados, os malandros que circulavam entre o legítimo e o ilegítimo em nossas vielas. Hoje, esses personagens, que resistiram às grandes transformações urbanas e “civilizatórias”, ainda circulam pela cidade e, além disso, usam de maneira irrestrita todo um arsenal da tecnologia da informação para divulgar suas ressignificações aos fatos ocorridos na cidade.

Maria José Canelo (2003) nos ajuda a encontrar a origem de uma visão crítica que possibilita falar da participação ativa do povo na vida cultural da sua cidade. A autora vai localizar, na década de 1930, nos Estados Unidos da América e nas idéias de Carey McWilliams, o germe do nascimento da cidadania cultural.

Maria José Canelo trabalha com as idéias críticas em relação às “políticas culturais e raciais que construíam a nação americana na

⁸ O artigo de Roger Chartier pode ser encontrado no sítio: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/173pdf>

⁹ Ver BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*, 1989.

base da exclusão de determinados grupos étnicos (i)migrantes” (p.11). A autora teve como proposta, inspirada na teoria crítica de Carey McWilliams, a de incorporar à categoria cidadania a noção de diferença.

O argumento clássico que sustenta a definição da cidadania como uma categoria generalista defende que, justamente por ser geral, a cidadania se afasta do interesse próprio e se aproxima do bem comum. De acordo com este ponto de vista, a inserção de aspectos de diferenciação ou particularização ameaça os valores universais e imparciais que lhe estão associados.[...] Por um lado, é uma contradição tratar de forma homogênea grupos com histórias tão diversas como o são, em particular, as comunidades de migrantes.

A autora trabalha especificamente com a questão do imigrante na Califórnia, porém suas reflexões nos são preciosas à medida em que nos impulsionam a pensar sobre a pluralidade de narrativas que constituem um território. As “formas de vida cotidianas” serão recuperadas para se compreender as formas de participação diária nas atividades sociais em relação à história instituída pelo Estado.

À idéia do povo com uma recepção matreira, resistente ou rebelde, levantada por Chartier, pode-se associar a importância da categoria diferença para constituir a cidadania cultural, privilegiando, dessa forma, as diversas falas que compõem as histórias da cidade.

Com George Yúdice (2004), apreendemos como o povo pode usar e abusar de sua cultura comunitária para negociar espaço de fala na cidade contemporânea. A cultura, para o autor, pode ser usada como recurso, como reserva disponível para a melhoria sociopolítica e econômica.

Hoje, no século XXI, assistimos arte e cultura serem usadas para melhorar as condições sociais. No panorama da cultura contemporânea, trabalha-se a cidadania fundada na participação ativa da população.

O autor busca também na noção de cidadania cultural, criada por Renato Rosaldo no final dos anos 1980, apoio para falar de direitos culturais não jurisdicionados. A aplicabilidade do universal nas questões relativas à cultura é um problema pertinente ao trabalho de Yúdice e que também atravessa os nossos questionamentos em relação às questões levantadas aqui, neste texto. Pode-se pensar em cidadania cultural para afirmar uma cultura vivida em grupo e apoiada em aspectos que, um dia, serviram de motivação para a exclusão de sua participação nas esferas públicas. A idéia de Yúdice, da qual compartilhamos interesse, é que a diferença servirá como apoio para multiplicar recursos e conferir direitos à comunidade.

Os meninos da Lanhouse da Candelária¹⁰

Faz dois anos aproximadamente que dois jovens que freqüentavam o Centro Cultural da Candelária, na sub-localidade de mesmo nome da favela da Mangueira, resolveram colocar para funcionar alguns computadores que estavam “jogados” num canto da casa. Um deles era um rapaz que já era profissional de “rede” para uma *Lanhouse* na cidade e o outro, o Gato, seu amigo de infância, sempre foi dedicado aos computadores, mas no interior do morro. Gato nunca saiu da comunidade, mas isso não criou ruptura nos mundos dos dois; foi um fator de união. Os meninos se uniram para criar o lugar onde outros jovens podem aprender a linguagem dos computadores e jogar em diversos programas instalados nas máquinas. O exercício profissional deles está, com certeza, na faixa da ilegalidade,

¹⁰ Esta parte do texto é baseada em entrevista com o Gato, concedida no morro da Mangueira, em junho de 2005.

mas sua função está evidentemente servindo de base para afirmar a cidadania cultural e espalhando pela cidade a maneira que o morador da comunidade tem de olhar do mundo.

Entrevistamos Gato com o objetivo de saber como acontecia a inserção da criança no mundo dos computadores e suas motivações para a abertura de um negócio no morro.

Assim começa a fala do nosso entrevistado, Gato, sobre a relação do jovem com os computadores:

“Ninguém conhecia a Internet no morro. Chegamos e oferecemos a Internet. Primeiro, o que eles vinham buscar? O que eles tão fazendo ali agora, queriam jogos. Em segundo plano, a gente ofereceu a Internet. E o que você faz na Internet? Bate-papo? Alguns vão achar que isso não vai trazer nada. Mas tem crianças aí que eram semi-analfabetas, não sabiam nem escrever o próprio nome. Sentaram lá, começaram a ver o que era isso, a gente amostrando a Internet pra eles. Dizendo que Internet pode te levar a isso, você pode fazer pesquisas, conhecer pessoas que tá em outro mundo, que às vezes você nunca vai ter contato pra falar com essa pessoa. E a gente apresentou isso pra eles. Eu tenho exemplo de meninos ali que, pô, não passou aqui da Marechal. A gente fala assim porque a Marechal é uma escola municipal que na 4ª série você tem que sair dali e mudar pra outra escola, ela não tem 5ª série. E garotos que nunca tinham saído dali da Marechal começaram a frequentar a nossa loja, entendeu? Porque era um preço bastante acessível, R\$1,00 a hora. E o que acontece? Começou a desenvolver leitura e escrita. Eu acho que é a base pra qualquer pessoa evoluir no mundo, entendeu?

A gente tem a Internet, a gente presta serviço, a gente bota currículo das pessoas na Internet

procurando emprego, a gente faz pesquisa escolar, as crianças vêm aqui pra estudar. Tem muita criança que tem dificuldade na escola e chegam aqui... porque a gente tá o dia inteiro aberto, a porta tá fechada, mas se você bater na porta, vai ter acesso.”

Os serviços se misturam. Eles vendem a hora do uso do computador, mas essa hora é completamente misturada com diversas ofertas. As crianças, afinal, são parte de uma comunidade. É evidente, na fala do entrevistado, o carinho fraternal que existe entre ele e sua clientela. Elas jogam, aprendem a escrever, batem papo com pessoas de outras localidades na cidade, seus pais disponibilizam na rede da Internet seus serviços quando estão desempregados e a tudo isso se acrescentam outras ofertas de produtos, como a “fabricação” de CDs.

Sobre as “redes” que se formam a partir do local e que se espalham pelo mundo, Gato tem um exemplo a partir de uma experiência concreta na Candelária:

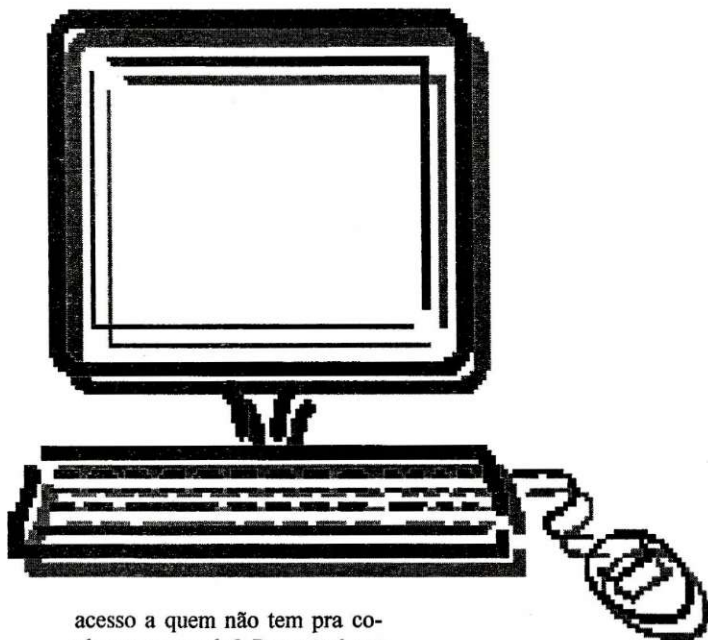
“E, pra mim, isso é um avanço! Porque você pegar um jovem que nunca estudou, que nunca se interessou por estudo... Eu já tentei ensinar eles no livro e eles não tavam nem aí. Eu pego o exemplo, não sei se ele tá aí agora, dum garoto, o Dando. – Dando, amanhã você vem, vou comprar um lápis, vou comprar um caderno e vou te ensinar a ler’. Ele estuda aqui na Marechal, 3ª série, não sabe ler, acho que ele tem 14 anos. Falei pra ele: ‘- Dando, vou te ensinar a ler’. No dia seguinte, Dando não apareceu! Ele não quer saber de caderno, não quer saber de livro, não quer saber de nada! A diferença: você pega ele, bota ele na frente de um videogame ou bota ele na frente de um computador. O cara vai ali, pode

botar ele dez horas ali, que ele vai ficar. Aí o moleque começa a querer correr atrás de dinheiro pra jogar. Muitas das vezes ele chegaram: – ‘Porra, tô sem dinheiro!’ – ‘Trabalha aí!’. Eu tenho uns três, quatro funcionários. Todo mundo brinca que a maior empresa aqui é a minha. Tenho três, quatro funcionários trabalhando pra mim. O que eu dou? Num tenho dinheiro! Quando eu tenho eu dou, quando não, eles ficam lá na loja. Ficam o tempo todo lá, acessando, têm um montão de amigos no exterior. Teve um casal de espanhol que passou uma semana na minha casa. Frequentaram a minha casa, ficaram fazendo uma pesquisa aqui no morro.

Não, eles vieram de uma instituição lá na Espanha, direto pra isso mesmo, pra fazer um intercâmbio aqui. Aí pronto, depois eles foram embora. Eu boto eles dois pra conversar com eles. Ficam louco! Mandam foto, já viraram amigo, diz o espanhol que vai levar eles pra lá pra passear. E o que você tá fazendo? Hoje, eu chamo de inclusão digital. Eu falo: é inclusão digital mesmo. Não tem outro jeito!

O que o nosso entrevistado chama de “inclusão digital” pode ser facilmente encarado como crime, mas ele tem posição clara de resistência e até mesmo certa rebeldia:

“Os outros falam: ‘- Qualquer hora dessa você pode ser preso!’. Se eu for preso pelo que tô fazendo, eu vou de cabeça erguida. Eu vou falar pro juiz lá, quando ele for me condenar: – ‘Você tá me prendendo por eu tá fazendo a inclusão digital!’. -Eu vou ser preso? Vou. Qual o crime que tô cometendo? Tem bandido, agora CPI do Correio, CPI não sei de que, Lula dando arrego pra gente que é de outro partido pra poder votar com ele. E ele vai me prender por eu tá fazendo a inclusão digital? Por eu tá dando



acesso a quem não tem pra conhecer o mundo? Posso até ser preso, vou pagar pelo que ele me condenar. Já veio polícia ali na minha loja, não me levaram. Agora tô vindo pra cá, ficando mais cara a cara com eles. Tô mostrando o mundo pras pessoas, entendeu? A Kely comprou computador comigo, eu instalei Internet na casa dela, eu tô dando a ela condições de dar à filha dela conhecimento. Quem não tem condições de comprar um computador, como a Kely fez, vem aqui. Tem jogo, tem jogo também.”

E quanto é um computador, mais ou menos?

“O que eu vendi pra Kely foi R\$ 1.000,00, completo. E agora ela tem Internet banda larga 24 horas por dia!”

E tem algum curso que vocês dão para as crianças acessarem a Internet?

“Tem, ligado ao Centro Cultural da Candelária. Na parte da manhã, a gente oferece curso de informática pras crianças. A gente dá noções básicas de informática, Windows, Word, Excel, entendeu?”

São quantas crianças?

Hoje a gente tem 60 crianças.

A nossa intenção não será a de conclusões fechadas neste momento. Levantamos questões que estão norteando as nossas pesquisas para a compreensão da cidadania cultural, tendo como suporte a ação dos moradores que vivem comunitariamente. É claro, pela fala do nosso entrevistado, que o uso que os cidadãos do povo fazem dos computadores colaboram para que possamos pensar em uma cultura popular que se faz plural e se coloca por meio de múltiplas narrativas e pelas redes de computadores.

Abstract

This article retakes the culture of quotidian to point new ways of looking at the communitarian cultural production. Thus, when exploring the small in-crumbs history to tell “causos”, “gossip”, or trivialities of the daily life, the communitarian cultural production requests our attention to focus on the small constituent elements of popular culture. But it also points it out, and in an original way, when one considers the way a young-boy interprets its context while he describes his life in a Lanhouse in the sub-locality of Candelária, in the hills of Mangueira, city of Rio de Janeiro. In this direction, this internaut uses and abuses of eletronic medias and computers to affirm a specific way of perceiving and constructing his place.

Keywords: Communication; citizenship; popular culture; narrative.

Referência

BRENNA, Giovanna Rosso Del (org). O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em Questão II. Rio de Janeiro. PUC, 1985.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANELO, Maria José. *Carey*

McWilliams e a idéia da cidadania cultural nos anos 40 e 50. Centro de Estudos Sociais. Laboratório Associado. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra. www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/199/199.php

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. “*Cultura Popular*”: *Revisitando um conceito historiográfico*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol 8, n. 16, 1995.

COSTA, Ângela Marques da e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2004.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Data do Recebimento: 15/09/2005

Data do aceite: 20/10/2005

